

ACORDO ESPECÍFICO DE INTERCÂMBIO ACADÊMICO , CELEBRADO ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA E A UNIVERSIDADE DE CÓRDOBA - ESPANHA

ACUERDO ESPECÍFICO DE INTERCAMBIO ACADÉMICO , CELEBRADO ENTRE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA Y LA UNIVERSIDAD DE CÓRDOBA - ESPAÑA

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA,

autarquia vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na Avenida Tancredo Neves, nº 6731, Jardim Itaipu, CEP: 85.867-900, FPTI Bloco 4, Espaço 4, Sala 3, inscrita no CNPJ sob o nº 11.806.275/0001-33, doravante denominada **UNILA**, neste ato representada pelo sua Reitora Professora Diana Araujo Pereira, nomeada conforme Decreto Presidencial de 13 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de junho de 2023, Seção 2, Página 1, do Ministério de Educação e a **UNIVERSIDAD DE CÓRDOBA**, à luz do disposto no artigo 2.2.j da Lei Orgânica das Universidades e no artigo 3.j dos seus estatutos, tem entre as suas competências o estabelecimento de relações acadêmicas, culturais ou científicas com instituições espanholas ou estrangeiras, representadas por D. Manuel TORRALBO RODRÍGUEZ, Magnífico Reitor da Universidade de Córdoba - Espanha, com CIF Q1418001B, nomeado pelo Decreto 107/2022 de 5 de julho (BOJA Nº 130 de 8 de julho), e atuando com base nos poderes que lhe foram atribuídos de acordo com o artigo 140.1 dos Estatutos da Universidade de Córdoba (doravante UCO), aprovados pelo Decreto 212/2017 de 26 de dezembro (BOJA nº 4, de 5 de janeiro de 2018), com endereço na Av. Medina Azahara s/ n, Córdoba (Espanha)

RESOLVEM assinar o presente **Acordo Específico de Intercâmbio Acadêmico**, em conformidade com as disposições legais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Promover intercâmbio discente de caráter amplo no nível da graduação e pós-graduação e intercâmbio de docentes e pessoal técnico-administrativo.

§ 1º– Todos os aspectos que regem este

La UNIVERSIDAD FEDERAL DE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA,

autarquía vinculada al Ministerio de Educación de Brasil, con sede en la ciudad de Foz do Iguaçu, Estado de Paraná, en la Avenida Tancredo Neves, nº 6731, Jardim Itaipu, CEP: 85.867-900, FPTI Bloco 4, Espaço 4, Sala 3, inscrita en el CNPJ bajo el nº 11.806.275/0001-33, en adelante denominada **UNILA**, en este acto representada por su Rectora Profesora Diana Araujo Pereira, nombrada de acuerdo al Decreto Presidencial del 13 de junio de 2023, publicada en el *Diário Oficial da União* Año del día 13 de junio de 2023, Sección 2, Página 1, del Ministerio de Educación y la **UNIVERSIDAD DE CÓRDOBA - ESPAÑA**, a la luz de lo establecido en el artículo 2.2.j de la Ley Orgánica de Universidades y en el artículo 3.j de sus Estatutos, tiene entre sus competencias el establecimiento de relaciones académicas, culturales o científicas con instituciones españolas o extranjeras, representada por D. Manuel TORRALBO RODRÍGUEZ, Rector Magnífico de la Universidad de Córdoba - España, con CIF Q1418001B, nombrado por Decreto 107/2022 de 5 de julio (BOJA Nº 130 de 8 de julio), y actuando en función de las competencias que tiene asignadas de acuerdo con el artículo 140.1 de los Estatutos de la Universidad de Córdoba - España (en adelante UCO), aprobados por Decreto 212/2017 de 26 de diciembre (BOJA nº 4, de 5 de enero de 2018), con domicilio en Avda. Medina Azahara s/n, Córdoba (España)

DECIDEN firmar el presente **Acuerdo Específico de Intercambio Académico**, en conformidad con las disposiciones legales vigentes.

CLÁUSULA PRIMERA – DEL OBJETIVO

intercâmbio obedecerão ao princípio da reciprocidade.

§ 2º– Para alcançar o objeto ora pactuado, os partícipes cumprirão o anexo Plano de Trabalho, elaborado de acordo com o disposto na legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO INTERCÂMBIO DISCENTE

2.1. Os estudantes serão selecionados na sua instituição de origem de acordo com os critérios dessa instituição, e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

2.2. Os estudantes pagarão todas as taxas de matrícula e mensalidade na sua instituição de origem. Não será cobrada nenhuma taxa na instituição anfitriã.

2.3. O pagamento de cursos de extensão, classes extras e qualquer outra atividade que não seja um curso regular oferecido pela instituição anfitriã será de responsabilidade do próprio estudante.

2.4. Os estudantes deverão submeter-se aos regulamentos e demais procedimentos acadêmicos existentes na instituição anfitriã.

2.5. Os estudantes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem, alimentação, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por outros gastos com subsistência.

2.6. A instituição anfitriã, por meio do seu respectivo Departamento de Relações Internacionais, dará apoio aos estudantes do intercâmbio, incluindo auxílio na procura de moradia, orientação e apoio acadêmico e outros serviços normalmente disponíveis aos estudantes internacionais.

2.7. Ambas as instituições concordam em promover intercâmbios acadêmicos com duração de um semestre, oportunidade em que o intercambista cumprirá disciplinas dos cursos regulares da instituição anfitriã.

2.8. Inicialmente, o intercâmbio será de no máximo 4 (quatro) estudantes por semestre. Poderá ser realizado em qualquer período acadêmico.

2.9. Anualmente, as instituições definirão aspectos do intercâmbio como: áreas, cursos, número de alunos, período acadêmico em que se realizará o intercâmbio, etc.

2.10. Os estudantes deverão ter um seguro saúde com cobertura ampla válido pelo período de estudos no país anfitrião. A responsabilidade pela

Promover el intercambio estudiantil de carácter amplio en el nivel de grado y posgrado y el intercambio de docentes y personal de administración y servicios.

§ 1º– Todos los aspectos que rigen este intercambio seguirán el principio de reciprocidad.

§ 2º– Para alcanzar el objetivo pactado en este documento, los participantes cumplirán el anexo Plan de Trabajo, elaborado de acuerdo a lo dispuesto en la legislación vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DEL INTERCAMBIO ESTUDIANTIL

2.1. Los estudiantes serán seleccionados en su institución de origen de acuerdo a los criterios de esa institución, observando las exigencias y especialidades de la institución receptora.

2.2. Los estudiantes pagarán todas las tasas de matrícula y mensualidad en su institución de origen. No se cobrará ninguna tasa en la institución receptora.

2.3. El pago de cursos de extensión, clases extras y cualquier otra actividad que no corresponda a un curso regular ofrecido por la institución receptora será de responsabilidad del propio estudiante.

2.4. Los estudiantes deberán someterse a los reglamentos y demás procedimientos académicos existentes en la institución receptora.

2.5. Los estudiantes serán responsables por el pago de los alquileres y tasas referentes a su hospedaje, alimentación, así como por sus gastos de viaje y subsistencia.

2.6. La institución receptora, a través de su respectivo Departamento de Relaciones Internacionales, brindará apoyo a los estudiantes del intercambio, incluyendo auxilio en la búsqueda de vivienda, orientación y apoyo académico y otros servicios normalmente disponibles para los estudiantes internacionales.

2.7. Ambas instituciones están de acuerdo en promover intercambios académicos con duración de un semestre, oportunidad en que el participante en el intercambio cumplirá asignaturas de las carreras regulares de la institución receptora.

2.8. Inicialmente, participarán en el intercambio un máximo de 4 (cuatro) estudiantes por semestre. El intercambio podrá realizarse en cualquier período académico.

2.9. Cada año, las instituciones definirán aspectos del intercambio tales como: áreas, cursos, número de estudiantes, período académico en el que se

contratação deste seguro será dos próprios estudantes.

2.11. Os estudantes devem desenvolver Plano de Trabalho específico, definido de comum acordo entre as universidades, contendo atividades, período, financiamento, coordenação, etc.

2.12. Os estudantes deverão ter o visto apropriado, válido pelo período de estudos no país anfitrião.

2.13. Será permitido aos estudantes em mobilidade a realização de seu estágio curricular na instituição anfitriã, ou em outra instituição conveniada com a mesma, respeitadas as normas e procedimentos próprios de cada instituição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO INTERCÂMBIO DE DOCENTES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

3.1. O intercâmbio de docentes e pessoal técnico-administrativo tem o propósito de fortalecer o conhecimento tanto teórico como prático nas áreas de estudo que as partes acordarem.

3.2. Os docentes e pessoal técnico-administrativo interessados em participar deste intercâmbio serão selecionados na sua instituição de origem de acordo com os critérios dessa instituição, e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

3.3. Cada instituição deve promover esforços junto aos organismos de fomento para arrecadar fundos para o financiamento dos projetos de cooperação.

3.4. O intercâmbio de docentes e pessoal técnico-administrativo será realizado conforme Plano de Trabalho específico, definido de comum acordo entre as universidades, contendo atividades, período, financiamento, coordenação, etc.

3.5. Os docentes e pessoal técnico-administrativo participantes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes a sua hospedagem, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por seus gastos com subsistência, a menos que estes gastos estejam incluídos em alguma bolsa.

3.6. A instituição anfitriã, por meio do seu respectivo Departamento de Relações Internacionais, dará apoio aos docentes e pessoal técnico-administrativo, incluindo auxílio na procura de moradia e alimentação.

3.7. Os docentes e pessoal técnico-administrativo devem ter seguro saúde com cobertura ampla válido pelo período de sua estadia no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação do seguro será dos próprios docentes e pessoal técnico-

realizará el intercambio, etc.

2.10. Los estudiantes deberán tener un seguro de salud con amplia cobertura, válido por el período de estudios en el país receptor. La responsabilidad por la contratación de dicho seguro será de los propios estudiantes.

2.11. Los estudiantes deben desarrollar un Plan de Trabajo específico, definido de común acuerdo entre las universidades, conteniendo actividades, período, financiación, coordinación, etc.

2.12. Los estudiantes deberán tener la visa apropiada, válida por el período de estudios en el país receptor.

2.13. Se permitirá a los estudiantes en movilidad realizar su pasantía curricular en la institución de destino, o en otra institución conveniada con la misma, respetando las normas y los procedimientos propios de cada institución.

CLÁUSULA TERCERA - DEL INTERCAMBIO DE DOCENTES Y TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

3.1. El intercambio de docentes y personal técnico-administrativo tiene el propósito de fortalecer el conocimiento tanto teórico como práctico en las áreas de estudio acordadas por las partes.

3.2. Los docentes y el personal técnico-administrativo interesados en participar en este intercambio serán seleccionados en su institución de origen de acuerdo a los criterios de esa institución, observando las exigencias y especialidades de la institución receptora.

3.3. Cada institución debe promover esfuerzos junto a los organismos de fomento para recaudar fondos para la financiación de los proyectos de cooperación.

3.4. El intercambio de docentes y personal técnico-administrativo se realizará conforme al Plan de Trabajo específico, definido de común acuerdo entre las universidades, conteniendo actividades, período, financiación, coordinación, etc.

3.5. Los docentes y personal técnico-administrativo participantes serán responsables por el pago de los alquileres y tasas referentes a su hospedaje, serán responsables también por sus gastos de viajes y subsistencia, a menos que dichos gastos estén cubiertos por beca.

3.6. La institución receptora, a través de su respectivo Departamento de Relaciones Internacionales, brindará apoyo a los docentes y personal técnico-administrativo, incluyendo auxilio en la búsqueda de vivienda y alimentación.

administrativo.

3.8. Os docentes e pessoal técnico-administrativo devem ter visto apropriado, válido pelo período de sua estadia no país anfitrião. O trâmite para obtenção do referido documento é de responsabilidade dos interessados.

3.9. Os docentes e pessoal técnico-administrativo estarão sujeitos às matérias contidas na Lei nº 8.112/90, Lei nº 8.745/93, Lei nº 12.772/2012, Decreto nº 91.800/85, Decreto nº 1.387/95 da República Federativa do Brasil e, demais regulamentos e normas internas de cada instituição.

3.10. A mobilidade de docentes e pessoal técnico-administrativo não configurará vínculo trabalhista com a instituição receptora.

CLÁUSULA QUARTA - DAS ATIVIDADES ADICIONAIS

As instituições parceiras poderão negociar, em instrumentos jurídicos específicos, atividades adicionais ao intercâmbio.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUPERVISÃO

Os partícipes designarão seus respectivos Órgãos de Relações Internacionais como supervisores das atividades resultantes deste instrumento jurídico. Os resultados obtidos por meio dos trabalhos desenvolvidos em cada programa serão periodicamente submetidos à apreciação do Órgão de Relações Internacionais de cada universidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA COORDENAÇÃO

No âmbito da UNILA, a coordenação caberá à Seção de Mobilidade Acadêmica da Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais SEMA/PROINT (mobilidade.proint@unila.edu.br +554535292798)

No âmbito da Universidad de Córdoba, a coordenação caberá a Sra Luna María Santos Roldán, Pró-Reitora de Internacionalização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O presente Acordo específico de Intercâmbio acadêmico terá duração de 04 (quatro) anos e entrará em vigor na data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento jurídico poderá ser alterado,

3.7. Los docentes y el personal técnico-administrativo deben tener un seguro de salud con amplia cobertura válido por el período de su estadía en el país receptor. La responsabilidad por la contratación de dicho seguro será de los propios docentes y del personal técnico-administrativo.

3.8. Los docentes y el personal técnico-administrativo deben tener la visa apropiada, válida por el período de su estadía en el país receptor. El trámite para obtener dicho documento es responsabilidad de los interesados.

3.9. Los docentes y el personal técnico-administrativo estarán sujetos a la Ley nº 8.112/90, Ley nº 8.745/93, Ley nº 12.772/2012, Decreto nº 91.800/85, Decreto nº 1.387/95 de la República Federativa de Brasil y demás reglamentos y normas internas de cada institución.

3.10. La movilidad de docentes y personal técnico-administrativo no implicará vinculación laboral con la institución de destino.

CLÁUSULA CUARTA – DE LAS ACTIVIDADES ADICIONALES

Las instituciones participantes podrán negociar, en instrumentos jurídicos específicos, actividades adicionales al intercambio.

CLÁUSULA QUINTA – DE LA SUPERVISIÓN

Los participantes designarán a sus respectivos Organismos de Relaciones Internacionales como supervisores de las actividades resultantes de este instrumento jurídico. Los resultados obtenidos a través de los trabajos desarrollados en cada programa serán sometidos periódicamente a la apreciación del Organismo de Relaciones Internacionales de cada universidad.

CLÁUSULA SEXTA – DE LA COORDINACIÓN

En el ámbito de la UNILA, la coordinación quedará a cargo de la Sección de Movilidad Académica de la Pro Rectoría de Relaciones Institucionales e Internacionales SEMA/PROINT (mobilidade.proint@unila.edu.br +554535292798)

En el ámbito de la Universidad de Córdoba - España, la coordinación estará a cargo de la D.^a Luna María Santos Roldán, Vicerrectorado Internacionalización

exceto quanto ao seu objeto, mediante a formalização de um instrumento jurídico específico confeccionado por ambas instituições.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA/RESCISÃO

Este instrumento jurídico poderá ser denunciado por qualquer um dos partícipes, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia de, no mínimo, 90 (noventa) dias, ou rescindido, por descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições. Nos casos de rescisão deste Acordo, as pendências ou trabalhos em fase de execução serão definidos e resolvidos por meio de Termo de Encerramento, definido-se as responsabilidades relativas à conclusão dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

Imediatamente após a assinatura do presente instrumento, caberá à UNILA proceder à publicação do extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União, no prazo estabelecidos no parágrafo único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93 da República Federativa do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

As questões e controvérsias oriundas deste Acordo serão solucionadas mediante entendimento direto, ou por meio de um árbitro escolhido de comum acordo pelas partes. Em caso de dificuldade de acordo entre os partícipes no sentido de encontrar um mediador ou uma solução consensual, os partícipes acionarão o tribunal competente. Fica acordado que o lugar de evento do litígio definirá o direito a ser aplicado e o tribunal competente. Quando ocorrer na Unila o Foro competente será o da Subseção Judiciária Federal de Foz do Iguaçu, nos termos do Art. 55, §2º da Lei 8.666/93. No caso de ocorrer na Universidad de Córdoba - Espanha, o Foro competente será em Ordem do Tribunal Contencioso-Administrativo de Córdoba, de acordo com a Lei 29/98 de 13 de julho.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Acordo em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, duas em idioma português e duas em idioma espanhol, para o mesmo fim.

CLÁUSULA SÉPTIMA – DE LA VIGENCIA Y PRÓRROGA

El presente Acuerdo específico de Intercambio académico tendrá la duración de 04 (cuatro) años y entrará en vigor en la fecha de su firma.

CLÁUSULA OCTAVA – DE LAS MODIFICACIONES

Este instrumento jurídico podrá ser modificado, excepto en lo que se refiere a su objeto, mediante la formalización de un instrumento jurídico específico elaborado por ambas instituciones.

CLÁUSULA NOVENA – DE LA DENUNCIA/RESCISIÓN

Este instrumento jurídico podrá ser denunciado por cualquiera de las partes, en cualquier momento, mediante comunicación previa con antelación mínima de 90 (noventa) días, o rescindido, por incumplimiento de cualquiera de sus cláusulas o condiciones. En los casos de rescisión del presente Acuerdo, las pendencias o trabajos en marcha serán definidos y resueltos mediante un Término de Cierre, en el que se definirán las responsabilidades referentes a la finalización de los mismos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DE LA PUBLICIDAD

Imediatamente tras la firma del presente instrumento, corresponderá a la UNILA proceder a la publicación del extracto del mismo en el *Diário Oficial da União*, dentro del plazo establecido en el párrafo único del Artículo 61 de la Ley nº 8.666/93 de la República Federativa de Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMERA – DE LA RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

Las cuestiones y controversias derivadas del presente Acuerdo serán resueltas mediante entendimiento directo, o por medio de un árbitro elegido de común acuerdo entre las partes. En caso de dificultad de acuerdo entre las partes en lo que se refiere a encontrar a un mediador o una solución consensual, las mismas accionarán el tribunal competente. Queda acordado que el lugar del evento del litigio definirá el derecho aplicable y el tribunal competente. Si tiene lugar en la Unila, el Foro competente será el de la Subsección Judicial Federal de Foz do Iguaçu, en los términos del Artículo 55, §2º de la Ley 8.666/93. Si se

	desarrolla en la Universidad de Córdoba - España, el Foro competente será en el del Orden Jurisdiccional Contencioso-Administrativo de Córdoba, conforme a la Ley 29/98 de 13 de julio. Y por estar justas y acordadas, las partes firman el presente Acuerdo en 02 (dos) ejemplares, de igual tenor y forma, dos en idioma portugués y dos en idioma español, para el mismo propósito.
--	---

Foz do Iguaçu, em ____ de _____ de 2024

En Córdoba, a 17 de abril de 2024

Profa . Diana Araujo Pereira

Reitora
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana

D. Manuel Torralbo Rodríguez

Rector
Universidad de Córdoba - España